

ARTIGOS PUBLICAÇÃO CONTÍNUA

Lucas Oliveira Pocci ^I

Mohammed Nadir ^{II}

A deslegitimização da liderança estadunidense a partir do Iraque: de Reagan aos primeiros anos de Biden (1981-2022)

The delegitimization of USA leadership from Iraq: from Reagan to the early years of Biden (1981-2022)

RESUMO:

Este artigo analisa como a busca por interesses energéticos no Iraque deslegitimou a liderança internacional dos EUA entre o governo Reagan (1981-1989) e os dois primeiros anos de Biden (2021-2022). Utilizando o conceito de chantagismo, argumenta-se que Washington criou, fomentou e depois combateu os perigos que supostamente buscava conter, ofertando proteção a ameaças que em parte eram resultado de suas próprias ações. O estudo percorre quatro momentos principais: 1. a sustentação de Saddam Hussein como aliado na Guerra Irã-Iraque (1980-1988), com destaque para o Escândalo Irã-Contras; 2. a desestabilização provocada pela Guerra do Golfo (1990-1991); 3. a ocupação do Iraque (2003-2011), que agravou a fragmentação política, econômica e social do país; e 4. o semi-abandono da proteção estadunidense no período pós-2011, marcado pela ascensão do Estado Islâmico, crescente dependência energética chinesa e pressões político-econômicas de Washington sobre Bagdá. O artigo conclui que, embora os EUA tenham oferecido ajuda e segurança em diversos momentos, sua política para o Iraque consolidou um padrão de intervenções unilaterais, destruição institucional e perda de legitimidade, abrindo espaço para a projeção de outras potências, como a China.

Palavras-chave: Iraque; EUA; Sociologia histórica; Legitimidade; Oriente Médio

ABSTRACT:

This article analyzes how the pursuit of energy interests in Iraq delegitimized U.S. international leadership from the Reagan administration (1981-1989) through the first two years of Biden's presidency (2021-2022). Using the concept of racketeering, it is argued that Washington created, fostered, and then fought the very dangers it supposedly sought to contain, offering protection against threats that were, in part, the result of its own actions. The study covers four main phases: 1. the support of Saddam Hussein as an ally during the Iran-Iraq War (1980-1988), with emphasis on the Iran-Contra Scandal; 2. the destabilization caused by the Gulf War (1990-1991); 3. the occupation of Iraq (2003-2011), which worsened the country's political, economic, and social fragmentation; and 4. the partial abandonment of U.S. protection in the post-2011 period, marked by the rise of the Islamic State, growing Chinese energy dependence, and Washington's political and economic pressures on Baghdad. The article concludes that although the U.S. provided aid and security at various times, its policy toward Iraq established a pattern of unilateral interventions, institutional destruction, and loss of legitimacy, creating opportunities for the projection of other powers, such as China.

Keywords: Iraq; USA; Historical sociology; Legitimacy; Middle East

^I Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC; Mestrando, Universidade Federal do ABC , Santo André, SP, Brasil.

lucas.pocci@aluno.ufabc.edu.br,  <https://orcid.org/0009-0007-8505-0363>

^{II} Doutor em História pela Universidade de Coimbra; Professor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte , Natal, RN, Brasil.
mohammed.nadir@ufrn.br,  <https://orcid.org/0000-0001-9213-808X>

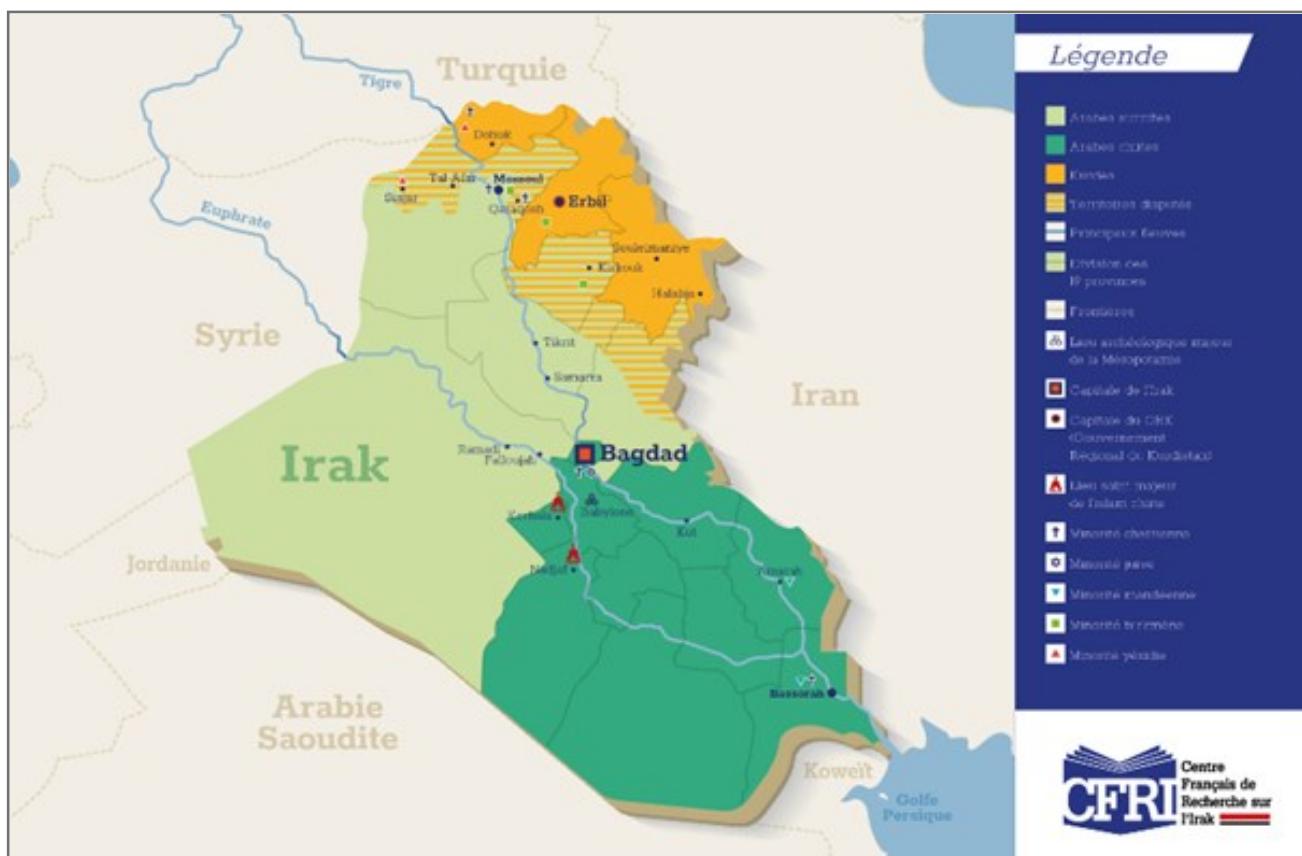
INTRODUÇÃO

A riqueza energética do Iraque atrai a atenção do Ocidente ao menos desde o começo do século XX, quando se iniciaram as tratativas que resultariam na criação, em 1912, da Turkish Petroleum Company, repartida entre Deutsche Bank, Royal Dutch-Shell e o Banco Nacional da Turquia (de propriedade britânica). De fato, o Iraque é o segundo maior produtor de petróleo da OPEP, depois da Arábia Saudita, e o sexto maior produtor do mundo (EIA, 2024). Com 145 bilhões de barris, o país conta com a quinta maior reserva

comprovada de petróleo bruto do planeta, representando 17% das reservas do Oriente Médio e 8% das reservas globais (EIA, 2024). Ademais, as reservas comprovadas de gás natural do Iraque totalizam quase 131 trilhões de pés cúbicos de gás associado, estando entre as 12 maiores do mundo (EIA, 2024).

Oscilando entre beneficiária desta riqueza energética e vítima da competição ferrenha que ela suscita, está a população iraquiana, em toda sua diversidade étnico-religiosa. Neste ponto, apesar da importância de certas minorias históricas – como turcomanos e assírios –, três grupos majori-

Figura 1 – Mapa étnico do país



Fonte: Centro Francês de Estudos sobre o Iraque (2025)

tários se sobrepõem na disputa pela política nacional, dividindo-se geograficamente conforme o mapa abaixo: os curdos ao norte (amarelo), os árabes sunitas na região central (verde claro) e os árabes xiitas na porção sul (verde escuro). Os três grupos ocupam territórios com reservas relevantes e disputadas de petróleo.

Um terceiro aspecto a destacar é o histórico de revoluções, golpes de Estado, guerras e conflitos internos pelo qual o Iraque passou desde, pelo menos, a Revolução do 14 de Julho de 1958, que derrubou a monarquia instaurada pelo Império Britânico 26 anos antes. Neste histórico, salta aos olhos a influência direta e indireta da geopolítica estadunidense no decurso dos conflitos, em especial na Guerra Irã-Iraque (1980-1988), na Guerra do Golfo (1990-1991) e na Guerra do Iraque (2003-2011), com todas as suas consequências drásticas para a economia e sociedade do país. Arrighi (2007) aponta que parte da percepção global passaria a considerar esta influência dos EUA como responsável por gerar o contexto instável do qual emergiram atores violentos, de Saddam Hussein a grupos jihadistas – assim como em Israel, Palestina e Líbano.

Dentro da problemática da deslegitimização dos EUA a partir de sua atuação no Iraque, este artigo propõe-se a responder à pergunta: como a condução de uma política voltada a interesses energéticos no Iraque, por Washington, deslegitimou a lide-

rança estadunidense desde o Governo Reagan (1981-1989) até o segundo ano do Governo Biden (2022)? A hipótese central segue o arcabouço teórico estabelecido por Tilly (2002) e apropriado por Arrighi (2007) a partir de três categorias de análise: *state-making* em nível global, proteção e extração. Arrighi (2007) propõe que os EUA, especialmente com o projeto conservador refletido no Project for a New American Century, buscavam estabelecer um Estado-mundo, em que guerras iniciadas por Washington nada mais seriam do que policiamento para neutralização de rivais e, consequentemente, monopolização global da violência – ou seja, tratava-se de um projeto de *state-making* em nível global. Já o conceito de proteção pressupõe uma relação de clientelismo, na qual o Estado garante a neutralização de competidores de seus clientes. Esta categoria possui uma relação importante com o conceito de legitimidade, pois quando a proteção contra um inimigo real e externo é bem-sucedida, a custos baixos, o Estado ganha legitimidade junto a seus clientes; por outro lado, quando a proteção é mal-sucedida, custosa ou tem-se a percepção de que o perigo não é externo, mas, sim, criado pelo próprio protetor, perde-se legitimidade e o Estado se torna, na perspectiva geral, um Estado chantagista. Tilly (2002) utiliza, neste ponto, a célebre analogia entre o Estado e o crime organizado: uma organização criminosa – e.g. máfias ou milícias – que extorque lojistas em troca de proteção, tanto oferece perigo

quanto o abrigo sob o qual se acolher – um Estado chantagista seria semelhante, criando os perigos para os quais oferece segurança paga por impostos ou contribuições. Por fim, a extração se refere à aquisição de recursos necessários à manutenção tanto do esforço de *state-making* quanto de proteção. A extração se torna tanto mais eficiente quanto mais capaz for o Estado em seu *state-making* e proteção, pois o primeiro implica em controle monopolizado sobre o território no qual se encontram os recursos a serem extraídos, enquanto o segundo resulta em ganhos a seus clientes, o que poderá ocasionar mais tributos e renda ao Estado protetor (Tilly, 2002).

Aplicando estas categorias numa abstração histórica da experiência europeia, Tilly (2002) delineia um trajeto geral complexo e repleto de interrelações: 1. extração e fazer guerra se retroalimentam, pois, enquanto a primeira é evidentemente necessária para sustentar a segunda, guerras geram as conquistas territoriais necessárias à expansão da primeira; 2. a extração, se bem-sucedida, gera *state-making* por implicar na neutralização de seus competidores econômicos locais e por demandar o estabelecimento de burocracias que protejam e administrem os processos extractivos; 3. fazer guerra também leva, em menor grau, a *state-making*, através da criação de um estamento militar profissional, burocracias, indústrias bélicas e escolas, que põem potenciais

rivais internos em xeque; 4. no processo de fazer guerras, desenvolver o aparato estatal e extrair recursos são feitas alianças entre os administradores do Estado e classes sociais específicas, que garantem recursos, auxílio técnico e conformidade em troca de proteção contra seus próprios rivais e inimigos. Uma inferência importante é a de que a proteção está diretamente relacionada à percepção do nível de poder acumulado pelo Estado em seus esforços de fazer guerra e *state-making*, afinal, os aparatos desenvolvidos nestes esforços seriam os mesmos utilizados para neutralizar as ameaças aos clientes protegidos.

Dentro deste arcabouço teórico, a hipótese que responde à pergunta de pesquisa parte da perspectiva de que os EUA se deslegitimaram ao agir pautados por interesses geopolítico-energéticos no Iraque, sendo estes interesses parte da extração voltada a viabilizar o *state-making* global de Washington. No curso de tentar assegurar tais interesses, os EUA adotaram medidas chantagistas ao não garantir proteção eficiente, economicamente viável e legítima a diversos de seus clientes. Esta deslegitimização aconteceu em quatro processos essenciais: a Guerra Irã-Iraque, a Guerra do Golfo, a Guerra do Iraque e a reconstrução do Estado iraquiano. O apoio dos EUA a Saddam Hussein na Guerra Irã-Iraque foi dúvida e ineficiente, estendendo a guerra por anos e delegando dívidas, destruição, centenas de milhares de mor-

tos e a própria desmoralização de Washington com o Escândalo Irã-Contras, no qual os EUA desrespeitaram sua própria mobilização contra a venda de armas ao Irã. A Guerra do Golfo surgiu do contexto instaurado pela Guerra Irã-Iraque, acarretando em sanções de intensidade e extensão arrasadoras. Em meio à calamidade humanitária resultante, os EUA promoveram o Oil-For-Food, que liberava a comercialização de cotas de petróleo iraquiano em troca de comida, remédios, bens industriais e, no geral, produtos para ajuda humanitária. O programa foi bem-sucedido, mas somente no escopo de oferecer abrigo para problemas resultantes direta ou indiretamente dos interesses estadunidenses na região. Por fim, os EUA ocuparam o Iraque entre 2003 e 2011, com a promessa de reconstruir o país e o Oriente Médio. A instabilidade generalizada deste período trouxe à tona perigos como milícias xiitas, conflitos separatistas e grupos extremistas, para os quais os EUA ofereciam como proteção tanto intervenção militar quanto amarras econômicas aos bancos iraquianos, visando impedir financiamento ao terror e promoção de interesses avessos aos dos EUA.

Para avaliar se a hipótese responde à pergunta de pesquisa, emprega-se a metodologia do estudo de caso único, que busca analisar profundamente um fenômeno particular a partir da relação entre suas variáveis dependente e independente (Sposito et al, 2022). Trata-se, neste caso,

da deslegitimação da liderança estadunidense como variável dependente – como o fenômeno de interesse –, cuja variável independente explicativa é o chantagismo visando aumentar a capacidade de extração de recursos energéticos. Dada a aplicação de categorias teóricas como variável independente hipotética, esta análise enquadraria ainda no que Henriques et al (2015) chamaram de tipo interpretativo, cuja finalidade é empregar “um quadro teórico para explicar casos específicos, o que pode resultar em avaliação ou refinamento de teorias”. Por fim, uma terceira qualificação metodológica desta pesquisa é seu duplo caráter exploratório e explicativo, com o propósito de estabelecer hipóteses válidas e possíveis, mas não necessariamente confirmatórias (Maia e Maia, 2022). Os elementos que comporão a hipótese são levantados e organizados através de duas ferramentas metodológicas: a revisão bibliográfica narrativa e o *process tracing*, “um procedimento para identificar etapas num processo causal” de uma variável dependente dentro de dado contexto histórico (Henriques et al, 2015).

Se bem-sucedido nesta análise histórica, sociológica e política, espera-se contribuir tanto na compreensão das ações estadunidenses e seus impactos no Oriente Médio quanto na atualização da teoria estabelecida por Arrighi (2007) e Tilly (2002) com os eventos posteriores à ocupação estadunidense. Para isso, as próximas seções tratam, res-

pectivamente, da mutação da proteção estadunidense para o Iraque – de clientelismo dúbio da Guerra Irã-Iraque à ocupação – e de seu semi-abandono a partir de 2011.

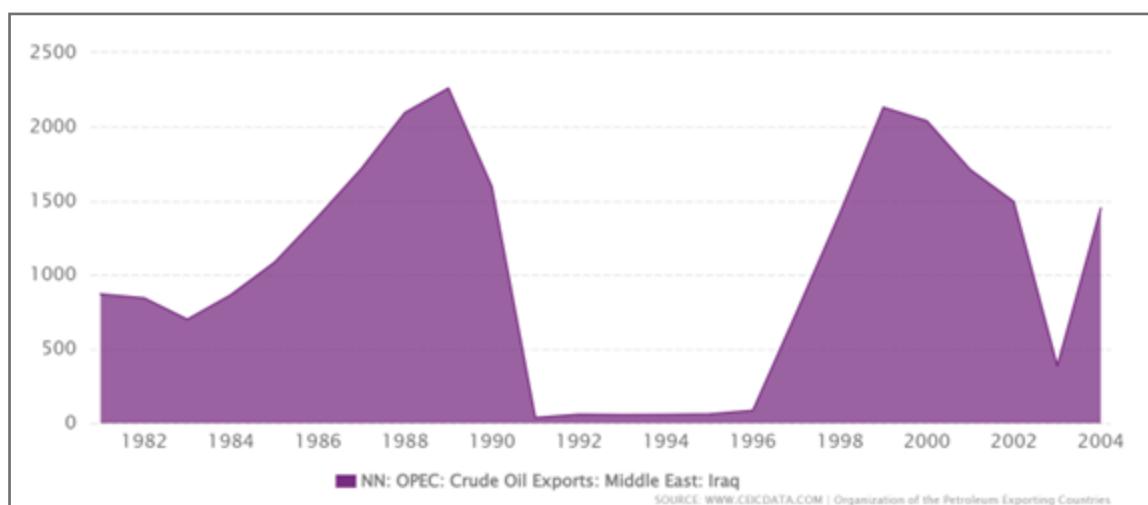
A MUDANÇA NA PROTEÇÃO ESTADUNIDENSE EM RELAÇÃO A SADDAM HUSSEIN (1979-2011)

Apesar de já comandar, *de facto*, o país há anos, Saddam Hussein assumiu oficialmente o governo do Iraque em 1979. Sua presença no governo anterior, de Al-Bakr (1968-1979), foi fundamental para o comando do país, inclusive na coordenação da nacionalização do petróleo entre 1972 e 1973. Até então, empresas estrangeiras exploravam petróleo no Iraque, dentre as quais se destaca a Iraq Petroleum Company – petroleira britânica que, após praticamente obter o monopólio sobre o

petróleo iraquiano, veio a ter operações e ativos estatizados sob a Iraq National Oil Company em outubro de 1973 (Marr e Al-Marashi, 2017). A estatização coincidiu com a alta histórica de preços da commodity por conta do choque de 1973 (Marr e Al-Marashi, 2017), o que contribuiu para certa estabilidade – exemplificada na primeira transição pacífica de poder do Iraque republicano, entre Al-Bakr e Saddam Hussein.

Assumindo oficialmente o poder após outro pico de preços, causado pela Revolução Islâmica do Irã em 1979, o regime de Saddam Hussein se iniciou durante uma fase propícia do mercado internacional do petróleo. Contudo, como se vê claramente no gráfico abaixo, este início promissor veio a oscilar com o impacto das guerras e sanções sofridas pelo Iraque nos 24 anos de regime de seu governo – especialmente os efeitos da Guerra Irã-Iraque na década de 1980, a queda com as sanções

Gráfico 1 – Exportações de petróleo do Iraque (1980-2004), em milhões de barris de petróleo



da Crise do Golfo, a retomada com o Oil-for-Food e a nova derrocada com o recrudescimento da política estadunidense em relação ao país pós-11 de setembro.

a. A Guerra Irã-Iraque e o apoio de Reagan a Saddam Hussein

O primeiro destes impactos, a Guerra Irã-Iraque, teve início em seu segundo ano de governo, arrastando-se por oito anos no total. O conflito foi resultado de uma confluência de causas. Em primeiro lugar, a Revolução Islâmica, de 1979, derrubara a monarquia autocrática do Xá Reza Pahlevi, aliado do Ocidente desde a década de 1950, substituindo-o por um regime islamista, de cunho xiita. À desconfiança generalizada dos países árabes em relação ao Irã, por questões culturais, históricas, religiosas e políticas, adicionou-se a resistência contra a internacionalização do movimento revolucionário iraniano, que incentivara Hezbollahs no Líbano, Arábia Saudita e Kuwait, visando suscitar eventos semelhantes nestes países. Dentro deste contexto, curdos iranianos migraram ao norte do Iraque, incentivando o Partido Democrático do Curdistão (PDC) na sua contraposição a Saddam Hussein. Em resposta, Bagdá apoiou árabes que viviam no Irã e se contrapunham à Revolução. Em meio a estas provocações mútuas por procuração, as tensões cresceram ao

ponto de Saddam Hussein atacar o país vizinho em 1980. Seu objetivo era expandir o território costeiro do Iraque no Golfo Pérsico e fragmentar o sul iraniano, com a possível criação de uma unidade política árabe na região. Num sentido mais intangível, o regime nacionalista e secular do Iraque enfrentava as ameaças que sentia surgir do islamismo militante e internacionalista do Irã (Marr e Al-Marashi, 2017).

Um ano antes da guerra, o Iraque produzia cerca de 3,5 milhões de barris por dia, gerando uma renda equivalente a US\$ 26 bilhões ao ano. A partir de 1983, esse valor cairia para US\$ 10 bilhões por ano (Marr e Al-Marashi, 2017), devido ao início do movimento internacional de quedas nos preços do petróleo, à destruição de parte importante de sua infraestrutura petroleira – notadamente com os ataques iranianos à Baçorá e ao Curdistão – e ao fechamento do Golfo Pérsico pelo Irã, que praticamente impossibilitou o escoamento das exportações iraquianas por aquela via. Enquanto isso, a guerra custava ao Iraque, em 1983, US\$ 1 bilhão ao mês (Marr e Al-Marashi, 2017).

O papel dos EUA na guerra foi inicialmente discreto. Apenas em 1982, o Governo Reagan aprovou uma vitória iraniana como indesejável e passou a apoiar claramente Saddam Hussein. Os EUA o retiraram da lista de países apoiadores do terrorismo – enquanto o Irã passou a integrá-la –, tornaram-se complacentes quanto ao uso de armas

químicas pelos iraquianos, estenderam crédito agrícola, aumentaram a venda de armas e enviaram a Bagdá, numa visita oficial, Donald Rumsfeld, Enviado Especial dos EUA para o Oriente Médio (Marr e Al-Marashi, 2017). Quando o Irã passou a atacar navios petroleiros no Golfo, a marinha estadunidense interveio no conflito, patrulhando a região mais intensamente e mudando as bandeiras dos navios kuwaitianos e sauditas, que passaram a hastear a Stars and Stripes. A guerra gerava efeitos colaterais na região, afetando EUA, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Arábia Saudita, que retaliavam direta ou indiretamente.

Especialmente digno de nota, contudo, foi a Operação Staunch e o Escândalo Irã-Contras. Tendo identificado que uma vitória iraniana no conflito era indesejável a seus projetos regionais, os EUA lançaram a Operação Staunch, que pressionava os aliados de Washington a cessar qualquer venda de armas ao Irã. De fato, pequenas empresas bélicas e países produtores de armamento ao redor do mundo lucraram nos dois primeiros anos da guerra, com vendas, muitas vezes, para ambos os lados do conflito. Os EUA, contudo, desrespeitaram sua própria operação e seguiram vendendo armas ao Irã secretamente, com dois objetivos centrais: aumentar a influência de atores políticos “moderados” no Irã, abertos a negociar com Washington; e utilizar os lucros obtidos na venda de armas para financiar os Contras

na Revolução Popular Sandinista, que se estendeu por toda a década de 1980 na Nicarágua. O fortalecimento dos iranianos moderados deveria aumentar sua probabilidade de chegar ao poder, restringir influências soviéticas no país e facilitar a liberação de americanos sequestrados por facções ligadas ao Irã no Líbano. Adicionalmente à venda de armas, os EUA também forneceram inteligência para a própria guerra contra o Iraque (Anderson, 1993). O intento foi malfadado, com a pouca abertura estimulada por Khomeini ao final da guerra podendo ser causada por mero pragmatismo político, dada a complexa situação interna do país, pois não havia atores “moderados” com poder relevante nem para alterar o curso do regime iraniano nem para libertar os reféns do Líbano. Carroll (1993) aponta quatro ramificações do escândalo na percepção internacional dos EUA, que passará a ter suas lideranças como: 1. mentirosas; 2. fornecedoras de armamento para regimes que denunciam como inimigos; 3. negociadoras, à revelia de seus autoproclamados princípios, com regimes hostis; e 4. omissas quanto ao cumprimento de sua própria legislação nacional. Por outro lado, a própria aproximação com Saddam Hussein, reconhecidamente um transgressor de direitos humanos, macula a imagem dos EUA na outra faceta do conflito. Anderson (1993) considera que a falta de coordenação entre as políticas secreta e aberta dos EUA foi o ponto fulcral

na dissonância da Operação STAUNCH com a venda de armas ao Irã, além de destacar que tanto os iranianos impunemente descumpriam promessas feitas a Washington quanto foram os responsáveis por tornar público o escândalo.

A partir de 1986, a queda do preço do petróleo, estimulada pela Arábia Saudita por razões ainda não completamente compreendidas (Thompson, 2022), dificultou o esforço de guerra de Saddam Hussein e agravou o processo de endividamento do Iraque. Conforme os custos humanos e econômicos apertavam ambos Irã e Iraque, um cessar-fogo informal foi instaurado. As negociações de paz não avançaram, efetivamente estagnando após a morte de Khomeini em 1989, mas os dois lados estavam exaustos demais para retomar hostilidades (Marr e Al-Marashi, 2017).

O Iraque saiu do conflito em uma grave situação econômica e os baixos preços do petróleo impossibilitavam qualquer recuperação. Seguindo com exportações na casa dos US\$ 10 bilhões anuais, o país possuía uma dívida estimada entre US\$ 70 bilhões e US\$ 90 bilhões (Marr e Al-Marashi, 2017) para diversos países – principalmente, URSS (seu maior fornecedor de armas), Arábia Saudita, Kuwait e o Clube de Paris, um grupo informal fundado em 1956 e formado por 22 países industrializados (notadamente EUA, França e Japão), cujo objetivo é reestruturar a dívida de países com dificuldades econômicas. Meio milhão de iraquianos

foram mortos ou feridos durante a guerra (Marr e Al-Marashi, 2017).

No âmbito social, a cisão sectária do Partido Baath com xiitas e, especialmente, curdos levava ao aumento da repressão – em especial com a Campanha Anfal, que viria a suscitar acusações de genocídio contra o povo curdo. Já a posição internacional iraquiana também estava enfraquecida, com seu desenvolvimento petrolífero decaindo, seus parceiros soviéticos aproximando-se da dissolução nacional e a aproximação com o Ocidente nada mais sendo do que uma tênue conveniência, maculada por conta da crítica ao uso de armas químicas e do Escândalo Irã-Contra, cujas repercussões deslegitimaram os EUA frente aos iraquianos. Pode-se considerar esta deslegitimização dos EUA mais localizada do que geral neste momento; contudo, a Guerra Irã-Iraque e suas consequências estabeleceram os fundamentos para a ascensão de Saddam Hussein como pária internacional. Por um lado, com o Escândalo Irã-Contras, os EUA ajudavam a aumentar o perigo contra o qual forneciam abrigo, por outro, Washington fornecia armas e incentivava Saddam Hussein a uma guerra cujos resultados – a desesperança econômica e aumento de investimentos bélicos – levaram a outro conflito, que projetaria Saddam Hussein, o antigo cliente dos EUA, como grande ameaça a ser combatida.

b. A Guerra do Golfo e as sanções de Bush-Clinton

Em 1990, Saddam Hussein lança o Iraque numa nova guerra, invadindo o Kuwait. O emirado era um credor irredutível da dívida iraquiana e possuía grandes reservas de petróleo, o que, sem dúvidas, foi levado em conta nos cálculos da decisão. O que escapara ao cálculo de Saddam Hussein, contudo, foi a mudança do contexto internacional, que não toleraria um evento como aquele. A queda da URSS deixou o Iraque politicamente desamparado, assim como a queda dos preços do petróleo o fizera economicamente (Rasheed, 2024), e, neste contexto pós-Guerra Fria, o Governo Bush (1989-1993) respondeu defendendo

Uma nova ordem mundial [...] mais livre da ameaça do terror, mais forte na busca pela justiça e mais segura na busca pela paz. Uma era em que as nações do mundo, Leste e Oeste, Norte e Sul, possam prosperar e viver em harmonia. [...] Um mundo onde o Estado de direito substitui a lei da selva. Um mundo em que as nações reconhecem a responsabilidade compartilhada pela liberdade e pela justiça. Um mundo onde os fortes respeitam os direitos dos fracos (Bush, 1990).

Esta nova ordem internacional seria marcadada pela “liderança americana”, numa “parceria de nações” concertada junto com Gorbachev, que impediria a manipulação da ONU através da

“confrontação Leste-Oeste” para controlar um “recurso tão vital” quanto o petróleo (Bush, 1990).

A Resolução nº 660 do Conselho de Segurança da ONU condenou a invasão do Kuwait e exigiu “a retirada imediata e incondicional” (UNSC, 1990) das forças iraquianas do país. A Resolução nº 661 impôs sanções para que os demais países cessassem “importações para seus territórios de todas as commodities ou produtos originários do Iraque ou do Kuwait” (UNSC, 1990). As reações individuais de outros países também impactaram os planos iraquianos, com EUA e outros assegurando seus investimentos no Kuwait e congelando os fundos da Autoridade de Investimentos Kuwaitiana, que possuía cerca de US\$ 200 bilhões em ativos (Marr e Al-Marashi, 2017). Como resultado, Bagdá perdia dinheiro com a ocupação e arcava com uma redução de 90% de suas importações e 97% das exportações (Marr e Al-Marashi, 2017). Se antes o Iraque já sofria com medidas de austeridade, agora passava por políticas de racionamento de produtos.

A Resolução nº 678 deu o prazo de 15 de janeiro de 1991 para a retirada voluntária das tropas iraquianas do Kuwait, ou todos os Estados-membros estariam livres para usar “de todos os meios necessários” para levá-la a cabo (UNSC, 1990). Em meio à intransigência de Saddam Hussein, uma coalizão de 42 países, comandada pelos EUA, iniciou a Guerra do Golfo, em 17 de janeiro

de 1991. O conflito terminaria no dia 28 de fevereiro do mesmo ano, com um período de mais de um mês de bombardeios e pouco acesso da população iraquiana a água, combustível ou eletricidade (Marr e Al-Marashi, 2017). A Resolução nº 687 estabeleceu que as sanções sobre o Iraque seriam revistas a cada 60 dias, exigindo “a implementação de todas as resoluções relevantes do Conselho” (UNSC, 1990) – dentre elas o fim da crise com o Kuwait e a destruição de armas de longo alcance ou WMD.

Saddam Hussein manteria a crise viva, contudo, reprimindo sua própria população – sob protestos da comunidade internacional –, questionando as fronteiras com o Kuwait e evitando a conformidade com as resoluções (Marr e Al-Marashi, 2017). Bagdá, sofrendo de drásticas condições domésticas, eventualmente aceitou da ONU tanto um programa de desarmamento, em 1994 (Lopez e Cortright, 2004), quanto as propostas de ajuda humanitária ao país, em 1996, com o Oil-for-Food. O programa surgiu no contexto do Governo Clinton (1993-2001), cuja doutrina mais ampla buscava implementar um multilateralismo mundial em torno do capitalismo liberal, contendo aqueles que via como opositos a esta ordem, tais como Iraque e Irã (Fuser, 2008). Os termos do programa envolviam a troca de uma cota de petróleo iraquiano por comida e outros bens de auxílio humanitário (Marr e Al-Marashi, 2017), tendo sido financiado inteira-

mente pelo petróleo exportado e levando à entrada de US\$ 46 bilhões em ajuda humanitária e mais US\$ 16 bilhões de equipamentos petrolíferos durante o período de 1996 e 2003, no qual o Oil-for-Food esteve ativo. A renda era encaminhada a uma conta da ONU, que repassava 30% do valor em reparações ao Kuwait (Fuser, 2008) e supervisionava sua destinação, garantindo que não fosse usada para compra de armamentos (Lopez e Cortright, 2004). Com a ascensão do Governo Bush Filho (2001-2009), as sanções voltaram a se intensificar (Lopez e Cortright, 2004), com a guerra finalmente encerrando o Oil-for-Food e levando à retirada do pessoal da ONU estacionado no Iraque.

Mais uma vez a proteção estadunidense era criticada, mas ainda não deslegitimada. Sim, tanto o Escândalo Irã-Contras quanto a transformação de Saddam Hussein de cliente a pária são casos em que os EUA criaram os perigos aos quais ofertavam abrigo; entretanto, o Estado iraquiano iniciara os conflitos contra o Irã e contra o Kuwait, Washington interveio com apoio geral, como indicado no suporte financeiro concedido por Alemanha, Arábia Saudita, Kuwait, Japão e outros à coalizão da Guerra do Golfo. Dos US\$ 54,1 bilhões angariados, destacou-se o Japão, cujos US\$ 13 bilhões foram a maior doação – quase o dobro dos US\$ 7 bilhões doados pelos EUA (Arrighi, 2007). Ainda assim, o custo humanitário e econômico das ações estadunidenses se faziam patentes, bem co-

mo o comportamento errático da política de Washington para o Oriente Médio. Com o passo final da invasão de 2003, os EUA selariam o destino do Iraque e de sua própria legitimidade enquanto protetor.

c. A Guerra do Iraque e a ocupação estadunidense (2003-2011)

Uma crise do petróleo se insinuava ao final da década de 1990. Enquanto a demanda chinesa pela commodity crescia aceleradamente, mais do que dobrando entre 1997 e 2006, a oferta permanecia estagnada, principalmente devido às sanções internacionais sobre produtores importantes – tais como Iraque, Irã e Líbia (Thompson, 2022). Adicionalmente, os EUA atingiram a maior baixa histórica na sua produção de petróleo convencional, tornando-se dependente de importação para atendimento da demanda doméstica (O’Sullivan, 2017). Com a ascensão do Governo Bush Filho (2001-2009), esta preocupação ocupou um espaço central na formulação de suas políticas, tornando o petróleo não somente um elemento essencial à segurança doméstica dos EUA, mas, sim, como fundamento da conquista e manutenção da hegemonia estadunidense, objetivo dos neoconservadores que compunham o governo (Fuser, 2008).

Com o 11 de setembro, parte da opinião pública estadunidense passaria a apoiar interven-

ções estrangeiras, sob a justificativa de combate ao terrorismo que causara os ataques. Neste contexto doméstico favorável, os EUA invadiram o Iraque, prevendo que poderiam rapidamente remodelar a realidade nacional e regional (Thompson, 2022). O objetivo era uma mudança de regime, tirando Saddam Hussein do poder e, assim, acabando com as sanções sobre o país – o que aumentaria a oferta mundial de petróleo e evitaria a crise prevista (Thompson, 2022). Enquanto seus dois antecessores buscavam promover a queda de Saddam Hussein indiretamente, por pressão interna da população iraquiana, George W. Bush optou por vias bélicas (Fuser, 2007). Esta opção, no entanto, foi contestada desde o início, com críticas de outros líderes mundiais – como o presidente francês Jacques Chirac (Thompson, 2022) – e o fracasso do encontro de doadores (Arrighi, 2007). Neste último aspecto salta aos olhos a diferença de arrecadamento em relação à Guerra do Golfo, que angariara US\$ 54,1 bilhões; para a ocupação, os EUA conseguiram pouco menos de US\$ 4 bilhões – o Japão, por exemplo, doou apenas 1/13 do que fizera em 1990.

A ocupação do Iraque pelos EUA em 2003 foi rápida em tirar Saddam Hussein do poder, mas incapaz de fornecer uma alternativa viável para a estabilização do país. A população empobrecida passou a saquear ministérios, hospitais, indústrias e museus, destruindo a infraestrutura do país – já

precarizada com vinte anos de guerras, insurreições e sanções. Milícias xiitas e sunitas combatiam a ocupação em vários pontos do país (Marr e Al-Marashi, 2017). A insegurança nacional afetou inclusive os planos econômicos da Autoridade Provisória da Coalizão (APC) – que substituiu o regime de Saddam Hussein –, pois falhando em atrair investidores externos a um país tão instável, viu seu grande processo de liberalização econômica fracassar (Marr e Al-Marashi, 2017). Em 2005, eleições foram chamadas e uma nova Constituição foi promulgada. Como resultado, os xiitas assumiram o poder no Iraque, conduzindo o processo de reestruturação política. Ao mesmo tempo em que suas milícias cessavam com a violência político-religiosa, dada a nova ascendência política, um sentimento de ostracismo crescia entre os grupos sunitas (Marr e Al-Marashi, 2017).

O Iraque não conseguia retomar sua capacidade econômica, não obstante a reestruturação incipiente da sua economia petrolífera e a renegociação de dívidas com o Clube de Paris, que aceitou reduzi-las em 80%, para pagamento em até 23 anos. Um exemplo ilustrativo do tamanho do desafio é a queda do Iraque, ao longo da década de 1990, de 76 posições no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano (FMI, 2005). Em 2022, o país ainda ocupava a 128^a posição, de 193 países (UNDP, 2024). Como parte da situação econômica problemática estavam as ambiguidades deixadas

pela Constituição de 2005 sobre o controle do petróleo no país (Jensen, 2013). Marr e Al-Marashi (2017) mencionam que, constitucionalmente,

Petróleo e gás pertenciam a todo o povo do Iraque “nas regiões e províncias” (Artigo 109), mas a gestão desses recursos dos “campos atuais” seria realizada “com” as regiões e províncias produtoras, tornando isso uma responsabilidade compartilhada; da mesma forma, a distribuição dos lucros seria proporcional à população (Artigo 110).

A falta de definições claras na gestão do petróleo dificultaria a já complexa relação entre os curdos e o governo central. O GRC buscou atrair investimentos estrangeiros em várias frentes, mas especialmente no petróleo, como parte de sua estratégia de independência econômica. A administração abriu seu mercado petrolífero para exploração e operação de pequenas petroleiras estrangeiras, incapazes de desenvolver significativamente a região, mas já colaborando com muito do seu PIB. Em 2008, o GRC já havia firmado mais de 20 contratos de concessão de petróleo e gás com empresas estrangeiras, tendo iniciado ainda em 2004, com sua primeira concessão para a petroleira norueguesa DNO ASA (Marr e Al-Marashi, 2017). Em meio à falta de clareza constitucional a respeito dos hidrocarbonetos, a disposição curda para abertura ao capital estrangeiro tem gerado conflitos com a postura histórica do governo central,

focada na nacionalização do petróleo. Um exemplo emblemático deste conflito foi o fechamento do Oleoduto Kirkuk-Ceyhan, cujas operações de exportação de petróleo por escoamento na Turquia se iniciaram em maio de 2014. O oleoduto, que é o maior do seu tipo no Iraque, teve suas operações interrompidas em 2023, após decisão da Câmara Internacional do Comércio a favor da moção iniciada por Bagdá. O governo central iraquiano considerava irregular o uso do oleoduto naqueles moldes, pois operava fora da State Oil Marketing Organization (SOMO) – organização federal que controlava as exportações de petróleo do país àquela altura. A decisão afetou a busca pela independência econômica do GRC e representou uma vitória para Bagdá.

Socialmente o Iraque permanecia em conflito, particularmente com o ataque à mesquita xiita de Askari, que daria início à Guerra Civil Sectária de 2006-2007. Com o aumento das tensões sectárias pós-reestruturação política de 2005, a violência religiosa afetaria todo o Iraque, levando a dezenas de milhares de mortos no período de dois anos de guerra civil (Marr e Al-Marashi, 2017). Em resposta, o Governo Bush enviou, em 2007, mais 50 mil tropas ao país – além de um pacote de ajuda humanitária, financeira e infraestrutural. Com o auxílio estadunidense, o Governo Maliki (2006-2014) conseguiria uma estabilização temporária do Iraque (Marr e Al-Marashi, 2017), marginalizando

as milícias xiitas revoltosas e aproximando-se dos curdos e sunitas. Este feito é resultado de fatores convergentes: as práticas das células extremistas se tornariam cada vez mais impopulares – principalmente devido a normas comportamentais e à violência exacerbada; o Curdistão se tornaria cada vez mais pacificado e economicamente desenvolvido; e as milícias xiitas se dividiram, com as principais forças sendo cooptadas pelo governo também xiita de Maliki. A situação do Iraque permaneceria relativamente estável até 2010-2011, quando o início do segundo mandato de Maliki coincidiu com a retirada das tropas estadunidenses do país.

Com o fim da ocupação, a relação Iraque-EUA encerrou uma curiosa trajetória. Da aproximação inicial com Saddam Hussein à sua transformação em pária e eventual condenação à morte, os EUA colocaram-no como um perigo internacional, obscurecendo o incentivo financeiro e militar que o concederam na década de 1980. A suposta defesa de uma estabilização do Oriente Médio provocava o seu contrário, fornecendo nada mais do que novas justificativas para intervenções estrangeiras na região. Até mesmo seus objetivos de garantir uma base extrativa de petróleo e de neutralizar “rivais”, como Saddam Hussein, em seus *state-making* global fracassaram – tendo em vista a destruição da indústria petrolífera iraquiana e do surgimento de milícias sectárias transnacionais na região.

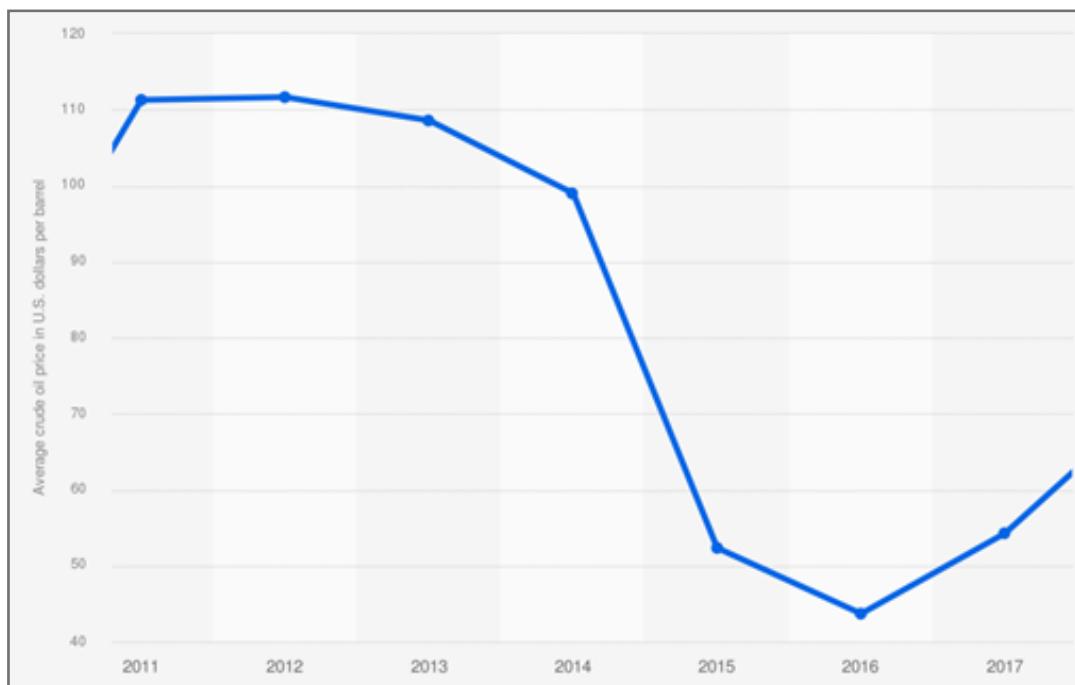
Este período foi ápice da deslegitimidade estadunidense, agravado por três fatores adicionais (Arrighi, 2007): 1. a ocupação foi feita à revelia da ONU, ferindo a soberania do Iraque e impondo ao globo uma decisão unilateral de Washington; 2. os custos humanitários e econômicos dos oito anos de ocupação foram altíssimos, tanto para o Oriente Médio desestabilizado quanto para EUA e seus aliados; e 3. o cenário doméstico do Governo Bush Filho era altamente impopular, com os recursos enviados para o Oriente Médio afetando questões centrais para a população estadunidense, como a catástrofe do Furacão Katrina de 2005. Este cenário de deslegitimação e chantagismo levou Arrighi (2007) a proclamar – precoceamente – a China como a verdadeira vencedora da

Guerra ao Terror, enquanto os EUA se tornariam uma “nação dispensável” e sua hegemonia chegaria a um fim melancólico.

O SEMI-ABANDONO DA PROTEÇÃO ESTADUNIDENSE NO IRAQUE (2011-2022)

No período entre 2011 e 2014, dois fenômenos tiveram efeitos de sentido contrário nos preços internacionais do petróleo, mantendo um certo equilíbrio (O’Sullivan, 2017): por um lado, a Primavera Árabe levou a dificuldades regionais que tendiam a aumentar os preços; por outro, o boom da produção de petróleo não convencional nos EUA, a partir do xisto, aumentava a oferta mundial

Gráfico 2 – Média de preços nominais do petróleo bruto (2011-2017), em dólares



Fonte: US Energy Information Administration (EIA) (2025)

da commodity e levava a um movimento de queda. A partir de 2014, contudo, dois fatores levaram a uma grande queda dos preços do petróleo (O'Sullivan, 2017): 1. o aumento da produção por países de fora da OPEP, como Brasil, Canadá, Colômbia e Rússia; e 2. o aumento da produção dos EUA, de 6mb/d para cerca de 10mb/d, entre 2003 e 2015, cortando grande parte da sua importação – que era a maior do mundo à época.

Inicialmente, a Arábia Saudita não interferiu na queda de preços. Dentre os vários complexos motivos para esta inação, está o receio, explicitado pelo Ministro do Petróleo Al-Naimi, de perder mercado para os países de fora da OPEP, que poderiam negociar preços mais baixos que os do cartel (O'Sullivan, 2017). Ao final de 2016, Arábia Saudita e Rússia, ambos em tensões geopolíticas com os EUA, acordaram na criação de um novo cartel, a OPEP Plus, que retomou o aumento dos preços internacionais do petróleo (Thompson, 2022).

Paralelamente neste período, o Iraque enfrentou um dos principais expoentes da instabilidade do Oriente Médio: o Estado Islâmico. Com a saída das tropas estadunidenses e o enfraquecimento regional, o califado atingiu seu ápice entre 2014 e 2016, controlando refinarias, caminhões, algumas reservas de petróleo menores e uma força de trabalho especializada – própria ou coagida. O ISIS chegou a faturar cerca de US\$ 450 milhões

no período, comercializando com compradores independentes (Marr e Al-Marashi, 2017).

Em 2015, ainda lutando contra o ISIS, o Iraque tornou-se o segundo maior produtor de petróleo da OPEP, atrás somente da Arábia Saudita, e retomou os níveis de produção pré-Guerra Irã-Iraque (Marr e Al-Marashi, 2017). Com a derrota do grupo extremista em 2016, o país tem buscado seguir com a reestruturação de sua economia petrolífera, tendo enfrentado dois choques posteriores: a pandemia da COVID-19, entre 2020 e 2022, e a invasão da Ucrânia em 2022. Pode-se notar que, apesar da queda dos preços em 2020, por decorrência da pandemia, e do aumento em 2022, por conta da invasão russa, os preços se estabilizaram, adaptando-se e mantendo o equilíbrio (IEA, 2024).

Parte desta estabilização é devido ao crescimento do consumo asiático, especialmente por China e Índia, com o primeiro focando na importação para a indústria petroquímica e o segundo, para combustíveis (IEA, 2024). A China é o maior importador de petróleo do mundo, consumindo mais de 11mb/d e tendo o Iraque como seu terceiro maior fornecedor, atrás somente de Rússia e Arábia Saudita. A Ásia (liderada por Índia, China e Coreia do Sul) foi o principal destino regional do petróleo bruto iraquiano, representando 63% destas exportações em 2022 (EIA, 2024). Enquanto isso, a Europa representa 26% destas exporta-

ções (EIA, 2024). Os EUA importam do Iraque, hoje, menos da metade do que costumavam importar por ano em 2001, tendo caído de 795 mil b/d para 316 mil b/d.

O interesse chinês no petróleo iraquiano pressupõe um interesse também na estabilização do país, em prol da proteção do capital ali investido. Neste contexto, China e Iraque firmaram o acordo “Oil-for-Reconstruction” em 2019, trocando 100 mil b/d por obras de reconstrução do país. O acordo é somente uma parte dos mais de US\$ 25 bilhões que têm sido investidos por Pequim no Iraque, via fundos ou empresas de energia, desde 2006 (Rasheed, 2024).

O receio de uma dependência do mercado chinês, contudo, tem levado as autoridades iraquianas a uma malfadada tentativa de diversificação de parceiros econômicos. A difícil situação sócio-econômica pós-COVID, contudo, dificultou este esforço, tendo em vista a fuga de capitais ocidentais ocasionada pela inadimplência do governo iraquiano a empresas estrangeiras, burocracia ineficiente, corrupção e contaminação de seu petróleo – principalmente com o petróleo iraniano, como meio de burlar as sanções internacionais sobre as exportações deste país.

Enquanto isso, as relações com os EUA se tornaram majoritariamente securitárias, com restrições sistêmicas à soberania do Iraque e intervenções diretas pontuais (Rasheed, 2024). A epíto-

me destas intervenções pontuais se deu no assassinato de Qassem Soleimani, general iraniano e segunda pessoa mais forte do regime de seu país – atrás somente do Aiatolá Khamenei. Soleimani se encontrava no Iraque para uma visita de Estado ao primeiro-ministro Adil Abdul-Mahdi. O Governo Trump perpetrhou o ataque de drone ao Aeroporto Internacional de Bagdá que tirou a vida do general. O governo iraquiano criticou o ataque, considerando-o transgressor do Acordo EUA-Iraque sobre o Estatuto das Tropas, propondo acelerar o fim da presença militar estadunidense no país.¹

O Governo Maliki encerrou a supervisão estadunidense sobre o Banco Central do Iraque, mas renovou o acordo que mantém os fundos do país no Federal Reserve dos EUA, prática estabelecida durante o governo da APC com o Fundo para Ajuda e Reconstrução do Iraque, de 2003, que expõe as contas do país para o controle estadunidense (Rasheed, 2024). Adicionalmente,

As receitas de petróleo do Iraque estão sujeitas a um processo especial. Os compradores não enviam os pagamentos diretamente ao Iraque. Em vez disso, as receitas são encaminhadas através do Federal Reserve Bank. Posteriormente, esses fundos são transferidos em dinheiro, por avião, para o Banco Central do Iraque, em Bagdá. Cada avião transporta meio bilhão de dólares, o que gera despesas com transporte, proteção e seguro, todas cobertas pelo tesouro iraquiano. Além disso, um volume

significativo de dólares é transferido eletronicamente por meio de transações facilitadas pelos bancos privados do Iraque. Essas transações se originam das contas autorizadas do Iraque, mantidas no Federal Reserve de Nova York (Rasheed, 2024).

Enquanto a política interna iraquiana permanece fragmentada e sem uma centralização óbvia, o grupo paramilitar Forças Populares de Mobilização (FPM) tem atacado alvos estadunidenses no país e na Síria, além de denúncias que apontam seu apoio ao Irã e à Rússia na Guerra da Ucrânia – especialmente via tráfico de armas iranianas para a Moscou e de transações econômicas para Teerã (Rasheed, 2024). Em retaliação a estas iniciativas, o Governo Biden impôs sanções e buscou ampliar seu controle sobre as finanças iraquianas, pedindo que seus sistemas tecnológicos sejam transparentes para supervisão estadunidense (Rasheed, 2024). De forma geral, Washington tem o poder de congelar, atrasar ou reduzir a renda petrolífera iraquiana graças a este controle, exercendo pressões geopolíticas para que Bagdá se conforme a seus interesses no Oriente Médio.

Em meio ao cenário geopolítico complexo entre EUA, China, Rússia e Irã, o Iraque tem buscado reestruturar sua economia petrolífera. Ainda em 2018, nove empresas estatais – incluindo a SOMO – foram unificadas sob a National Oil Company, que servirá de guarda-chuva para as petrolí-

feras iraquianas e gerenciará as operações do setor sob as diretrizes do Ministério do Petróleo. Os resultados iniciais foram positivos, com as receitas líquidas da indústria petrolífera iraquiana aumentando de US\$ 92 bilhões, em 2021, para US\$ 131 bilhões em 2022 – cerca de 95% de todas as receitas do Estado (EIA, 2024).

O Iraque exemplifica o que Arrighi (2007) chamou de a vitória chinesa na Guerra ao Terror. Enquanto os EUA se deslegitimaram ao destruir países como Iraque e Afeganistão, gerando novos perigos internacionais como o ISIS, a China segue a posição de não interferência em assuntos domésticos de outros países. Comparando os neoconservadores do Governo Bush Filho à política externa de Truman, Arrighi (2007) define três pontos de vantagem deste aos primeiros: 1. valorização de organismos internacionais, como a ONU; 2. oferta de proteção legítima, a perigos que não foram criados pelo próprio protetor – no caso de Truman, proteção contra o comunismo; e 3. proteção de baixo custo. A China investe em organizações multilaterais fora da hierarquia da ONU, como a Organização para Cooperação de Xangai e o BRICS, mas parece valorizar ainda mais as relações bilaterais. Sua ajuda ao Iraque é tão legítima quanto pouco custosa, contrapondo-se às intervenções dos EUA no país, que acarretaram, desde a década de 1980, em destruição e instabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DA SUSTENTAÇÃO AO SEMI-ABANDONO

Este artigo buscou responder à pergunta “como a condução de uma política voltada a interesses energéticos no Iraque, por Washington, deslegitimou a liderança estadunidense desde o Governo Reagan (1981-1989) até o segundo ano do Governo Biden (2022)?”. A partir do conceito de chantagismo, almejou-se mostrar que os EUA criaram os perigos para os quais ofertavam proteção desde a década de 1980. Durante a Guerra Irã-Iraque, seu financiamento a ambos os lados gerou os regimes que depois viriam a configurar o “eixo do mal” de Bush Filho e inúmeras tentativas de mudança de regime. A Guerra do Golfo foi um destes exemplos, no qual a derrota de Saddam Hussein, misturada às pesadas sanções impostas sobre o Iraque, criavam pressões domésticas para a queda do governo. Não atingindo sua meta a tempo, os EUA ocuparam o país em 2003 e finalmente derrotaram o regime que ajudaram a criar e, ao mesmo tempo, a desestabilizar. Com a retirada de tropas em 2011, mais uma vez Washington viabilizou o surgimento de perigos aos quais ofertaria proteção, especialmente o ISIS. Desde então, o Iraque tem sofrido com instabilidade, um governo incapaz de organizar o monopólio sobre a violência e repleto de amarras com a força estrangeira ocupante. Há mais pontos que impactam na deslegiti-

mação dos EUA, inclusive pontos atenuantes, que valorizam sua liderança e deslegitimam a própria China. Contudo, no Iraque – escopo deste artigo –, seu chantagismo chegou a um dos pontos mais altos.

REFERÊNCIAS

- Anderson, Elizabeth E. *Covert Action and American Foreign Policy: The Iran-Contra Operation*. **Conflict Quarterly**, v. 13, n. 1, Fall 1993.
- Arrighi, Giovanni. *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times*. London, UK: Verso, 2007.
- Carroll, Maureen Stephanie. *Ethics and foreign policy decisions: Iran-Contra United States-Iraq interaction, 1988–1991*. Dissertação (Mestrado) – University of Nevada, Las Vegas, 1993.
- Fuser, Igor. *Petróleo e Poder: O Envolvimento Militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2008.
- Henriques, Anna Beatriz Leite; Leite, Alexandre Cesar Cunha; Teixeira Júnior, Augusto Wagner Menezes. *Reavivando o Método Qualitativo: As Contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing*

para o Estudo das Relações Internacionais. Porto Alegre: **Revista Debates**, 2015.

International Energy Agency. **Oil 2024: Analysis and Forecast to 2030**. Paris: IEA Publications, 2024.

International Monetary Fund. **Iraq: 2005 Article IV Consultation – Staff Report; Staff Supplement; Public Information Notice on the Executive Board Discussion; and Statement by the Executive Director for Iraq**. IMF Publication Services, 700 19th Street, N.W., Washington, D.C. 2005.

Jensen, Erik G. **Oil & Gas Law of Iraq**. Stanford, CA: Stanford Law School, 2013. (Introduction to the Laws of Kurdistan, Iraq Working Paper Series).

Lopez, George A.; David Cortright. **Containing Iraq: Sanctions Worked**. **Foreign Affairs**, 83, no. 4 (2004): 90–103. DOI: <https://doi.org/10.2307/20034049>.

Maia, Flora de Paula Gonçalves Holanda; Maia, Maria Clara de Mendonça. **Estudos de Caso para a Ciência Política**. Teresina: Conexão Política, 2022.

Marr, Phebe; Al-Marashi, Ibrahim. **The Modern History of Iraq**. Boulder, CO: Westview Press, 2017.

O'Sullivan, Meghan L. **Windfall: How the New Energy Abundance Upends Global Politics and Strengthens America's Power**. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2017.

Rasheed, A. **Iraq's Struggle to Contend with the Sino-US Rivalry**. Middle East Policy. 2024; 31:102–119. DOI: <https://doi.org/10.1111/mepo.12732>.

Sposito, Italo Beltrão; Gabriel, João Paulo Nicolini; Artioli, Marcel. **Como Selecionar Casos a Partir de Diferentes Alegações de Causalidade**. Curitiba: **Revista de Sociologia e Política**, 2022.

Thompson, Helen. **Disorder: Hard Times in the 21st Century**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2022.

Tilly, Charles. **War Making and State Making as Organized Crime**. In: Evans, Peter B.; Rueschemeyer, Dietrich; Skocpol, Theda (Orgs.). **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 169–191.

U.S. Energy Information Administration (EIA). **Country Analysis Brief: Iraq**. Washington, DC: U.S. Department Of Energy, 2024.

United Nations Development Programme (UNDP).

Human Development Report 2023-24: Breaking the gridlock: Reimagining cooperation in a polarized world. New York. 2024.

United Nations Security Council (UNSC). **Res 660 (2**

de agosto de 1990). UN Doc S/RES/660.

United Nations Security Council (UNSC). **Res 661 (6**

de agosto de 1990). UN Doc S/RES/661.

United Nations Security Council (UNSC) **Res 678**

(29 de novembro de 1990). UN Doc S/RES/678.

United Nations Security Council (UNSC). **Res 687**

(27 de fevereiro de 1991). UN Doc S/RES/687.

NOTAS

¹Fonte: <https://www.straitstimes.com/world/europe/iraqi-pm-condemns-us-killing-of-irans-soleimani>. Acesso em: 6 jul. 2025.